



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE
TRÂNSITO DO AMAZONAS
DETRAN-AM**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017**



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS DETRAN-AM

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado à sociedade e aos órgãos de controle externo como prestação de contas anual a que esta autarquia está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, e art. 3º da Resolução nº 05/1990–TCE/AM.

MANAUS - 2017

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

AFI	Administração Financeira Integrada
TCE-AM	Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
NBC T	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
DVP	Demonstrativo das Variações Patrimoniais
PAC	Postos de Atendimento ao Cidadão
PA	Pronto Atendimento
PAD	Postos de Atendimento do Detran

Sumário

1 APRESENTAÇÃO.....	7
2. DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO	8
2.1 Gestão Orçamentária	8
2.1.1 Previsão de Receitas estimadas e despesas fixadas.....	8
RECEITA TOTAL PREVISTA:	8
DESPESA TOTAL FIXADA	9
2.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	9
3. DA EXECUÇÃO FINANCEIRA	12
3.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA.....	12
3.1.1. Receitas Correntes	13
3.1.2. Receitas de Capital.....	13
3.2 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	15
4. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	17
4.1. BALANÇO ORÇAMENTARIO.....	18
4.2. BALANÇO FINANCEIRO.....	19
4.3. BALANÇO PATRIMONIAL	20
a) Ativo -	21
b) Passivo.....	21
c) Patrimônio Líquido	21
d) Contas de Compensação.....	21
4.4. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	24
4.5. <i>DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE</i>	25
5. GASTOS COM PESSOAL	26
6. AÇÕES NO TRÂNSITO	28
6.1 Atendimentos	29
6.2 Habilitados	30
6.3 Provas Aplicadas	31
6.4 Educação no Trânsito	32
6.5 Transparência	32
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33

1 APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados alcançados pelo DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN, no exercício de 2017, no âmbito econômico-financeiro e de gestão, o qual se constitui na prestação de contas, a ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, no prazo regulamentado, em cumprimento ao disposto no artigo 3º da Resolução nº 05/1990–TCE/AM.

Sendo demonstrado o desempenho financeiro e econômico mediante apresentação das análises dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e DVP-Demonstrativo das Variações Patrimoniais as quais foram elaboradas em conformidade com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7.ª edição, aprovado pela Portaria STN n.º 840, de 21 de dezembro de 2016, que também observa os dispositivos legais reguladores do assunto, tais como a Lei n.º 4.320/1964, a Lei Complementar n.º 101/2000 e, ainda, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16), e, tratamento contábil da depreciação de acordo com a NBCT 16.9 e do ativo Imobilizado.

Quanto a Gestão apresentamos os fatos mais relevantes da atuação do DETRAN-AM sendo este um Órgão Executivo Estadual de Trânsito que executa as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, cumpri e faz cumprir a legislação e as normas de trânsito, controla o processo de formação de condutores, suspensão e cassação, vistoria de veículos, efetua emplacamentos, licencia veículos, além de coletar dados estatísticos, operacionalizando as medidas da Política Nacional de Trânsito, promovendo a Educação para o Trânsito, prestando serviços aos usuários e objetivando um trânsito mais seguro, pacífico e harmônico; além dos atos administrativos e gestão de pessoal que deram suporte as nossas ações.

Esclarecemos que no exercício 2017 houveram duas gestões de Diretoria conforme abaixo:

Período de Janeiro a Setembro/2017:

Diretor Presidente: João Leonel de Britto Feitoza

Diretor Adm.Financeiro: Amaury Gutierre do Vale

Diretor Técnico: Rodrigo Souza Barreto

Período de Outubro a Dezembro/2017

Diretor Presidente: **Vinícius Diniz Souza dos Santos**

Diretora Adm.Financeiro: Maria Suely de Souza Pinheiro

Diretor Técnico: Rodrigo de Sá Barbosa

2. DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO

2.1 Gestão Orçamentária

2.1.1 Previsão de Receitas estimadas e despesas fixadas

No orçamento do Estado para o Exercício financeiro de 2017, *estimou a receita e fixou a despesa* pra o DETRAN-AM em R\$81.000.000,00 (oitenta e um e um milhões de reais), definido por natureza de despesa, programas e ações para o exercício financeiro.

RECEITA TOTAL PREVISTA: A receita total do Orçamento Fiscal foi orçada segundo suas categorias econômicas e apresentou as seguintes estimativas

Tabela 01
Demonstrativo da Receita Orçamentária Prevista

Receitas	Valor R\$	%
Receitas Correntes	81.000.000,00	100 %
Receita Patrimonial	700.000,00	0,86%
Receita De Serviços	75.000.000,00	92,60%
Serviços Administrativos	56.000.000,00	
Serviços De Vistoria De Veículos	56.000.000,00	
Outros Serviços	19.000.000,00	
Outras Receitas Correntes	5.300.000,00	6,54%
Multas De Outras Origens	4.200.000,00	
Outras Multas		
Outras Multas - Diretamente Arrecadado	4.200.000,00	
Indenizações e Restituições	100.000,00	
Restituições descontadas em folha	100.000,00	
Receitas Diversas	1.000.000,00	
Outras Receitas	1.000.000,00	

Demais Receitas	1.000.000,00
-----------------	--------------

Fonte: Rel_Anexo 10 – AFI/2017

DESPEZA TOTAL FIXADA: A despesa do Orçamento Fiscal foi fixada com as seguintes categorias econômicas:

Tabela 02
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Estimada

Descrição	Valor R\$	%
DESPESAS		
DESPESAS CORRENTES	61.552.000,00	76,00%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.882.000,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.670.000,00	
DESPESAS DE CAPITAL	19.448.000,00	4,00%
INVESTIMENTOS	19.448.000,00	
Total das Despesas	81.000.000,00	100,00%

Fonte: Balanço Orçamentário - Anexo 12 - AFI/2017

2.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Durante a execução orçamentária, houve a necessidade por parte do DETRAN-AM de realizar a abertura de créditos orçamentários ou o reforço de dotações por conta de ajustes na execução de ações e programas previstos, como apresentadas no Anexo do Balanço intitulado “Demonstrativo dos Créditos Autorizados”. As alterações orçamentárias ocorreram à conta de anulação total ou parcial de dotação e Superávit Financeiro do Exercício Anterior, conforme pode ser evidenciado a seguir.

Tabela 03
Demonstrativo da Execução Orçamentária

Descrição	Valor em R\$	Percentual %
Dotação Orçamentária Inicial 2017	81.000.000,00	100,00
Dotação Suplementar	40.234.441,46	49,67
Reduções	-30.002.093,43	37,04
Autorizado	91.232.348,03	
Destaque Concedido	-570.908,22	
Dotação Orçamentária Atualizada Final 2017	90.661.439,81	100,00

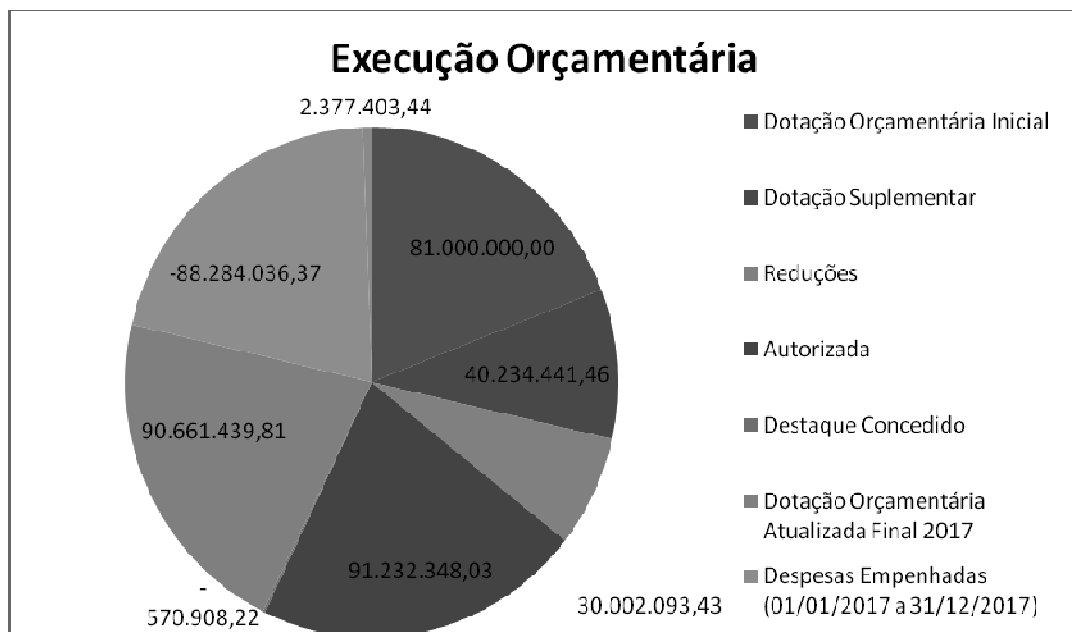
Empenhos (01/01/2017 a 31/12/2017)	-88.284.036,37	97,38
Saldo Disponível	2.377.403,44	2,62

Fonte:REL_EXEORC_01-AFI/2017

A dotação autorizada no valor de R\$91.232.348,03 (noventa e um milhões, duzentos e trinta e dois mil, trezentos e quarenta e oito reais e três centavos) compõe-se por: Receitas

Correntes R\$86.086.886,24 (oitenta e seis milhões, oitenta e seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos) mais o saldo de Exercícios Anteriores de R\$5.145.461,79 (cinco milhões, cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e um reais e setenta e nove centavos).

Foi empenhado durante o exercício o valor de R\$88.284.036,37 (oitenta e oito milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, trinta e seis reais e trinta e sete centavos) correspondendo a 97,38% (noventa e sete vírgula trinta e oito por cento) das despesas autorizadas para o exercício, o que gerou uma economia orçamentária de R\$2.377.403,44 (dois milhões, trezentos e setenta e sete mil, quatrocentos e três reais e quarenta e quatro centavos) da Dotação Orçamentária Final do exercício, pois os gastos executados somaram valores inferiores aos fixados.



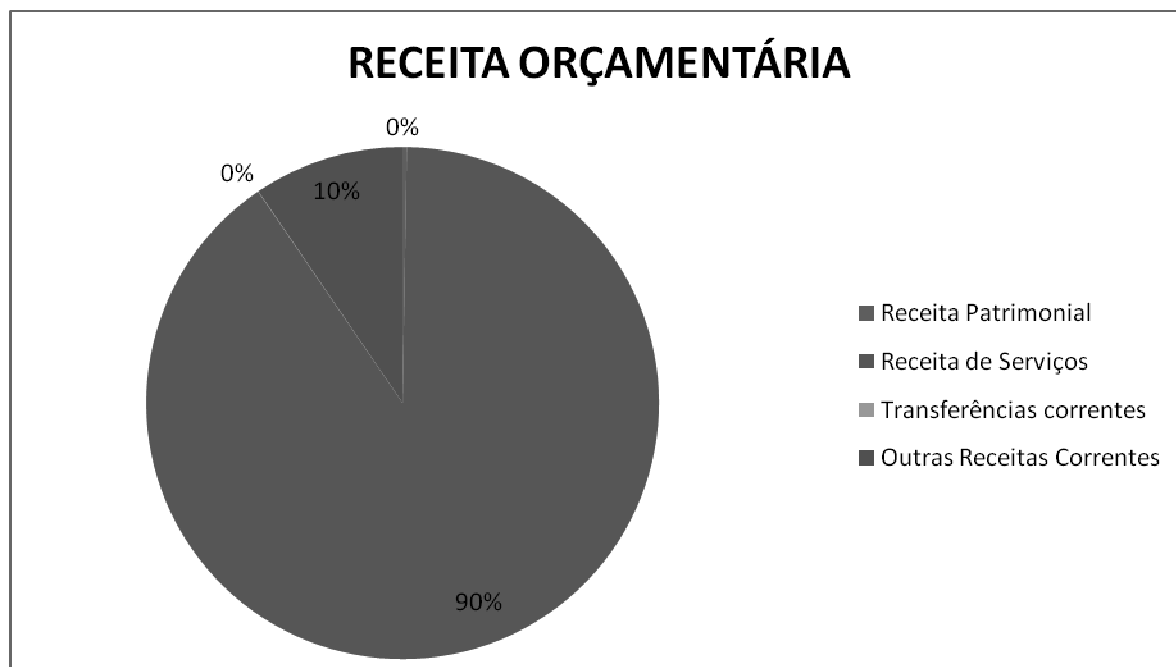
Analisando a **Receita Orçamentária Realizada**, foi verificado que no decorrer do Exercício foi de **R\$ 88.284.036,37** (oitenta e oito milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, trinta e seis reais e trinta e sete centavos), composta conforme quadro abaixo:

Tabela 04

RECEITA ORÇAMENTÁRIA 2017

RECEITAS CORRENTES TOTAL	87.034.933,97
Receita Patrimonial	227.535,35
Receita Financeira	227.535,35
Receita de Serviços	78.514.651,83
Serviços de vistoria de veículos	59.723.721,98
Outros serviços	18.790.929,85
Transferências correntes	12.432,89
Transferências de Instituições privadas	12.432,89
Outras Receitas Correntes	8.280.313,90
Outras Multas - Diretamente Arrecadadas	7.041.850,52
Outras Restituições	131.840,05
Termos de Cooperação	1.106.623,33

Fonte: ANEXO 10 - 12-AFI-2017



3. DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

3.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período.

A matéria pertinente à receita vem disciplinada no art. 3º, conjugado com o art. 57, e no art. 35 da Lei nº 4.320/1964:

“Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros.

[...]

Art. 57. Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

II - as despesas nele legalmente empenhadas”

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam responsabilidades de recursos financeiros para o erário ou ingressos extra-orçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias.

Os §§ 1º e 2º do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964, classificam as receitas orçamentárias em “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”.

3.1.1. Receitas Correntes

Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

De acordo com o § 1º do art. 11 da Lei nº 4.320, de 1964, classificam-se como Correntes as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

3.1.2. Receitas de Capital

Receitas Orçamentárias de Capital também aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das Receitas Correntes, as Receitas de Capital em geral não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

De acordo com o § 2º do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982, Receitas de Capital são as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

O Anexo 10 da Lei 4.320/64 demonstra o comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada por categoria econômica. **Na tabela 05** demonstraremos a execução da receita orçamentária do exercício de 2016, que totalizou uma arrecadação de **R\$ 75.240.161,88** (setenta e cinco milhões, duzentos e quarenta mil, cento e sessenta e um reais e oitenta e oito centavos) entre Receitas Correntes e Transferências Financeiras Recebidas.

Tabela 05
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Títulos	Receita Orçada	Receita Arrecadada	Diferença	%
RECEITAS CORRENTES	R\$	R\$	R\$	
Receita Patrimonial	700.000,00	227.535,35	- 472.464,65	
Remuneração De Depósitos Bancários	700.000,00	227.535,35	- 472.464,65	<u>-67,49</u>
Receita De Serviços	75.000.000,00	78.514.651,83	3.514.651,83	
Serviços De Vistoria De Veículos	56.000.000,00	59.723.721,98	3.723.721,98	<u>6,65</u>
Outros Serviços	19.000.000,00	18.790.929,85	- 209.070,15	<u>- 1,10</u>
Transferências Correntes	-	12.432,89	12.432,89	
Transf. De Convênios De Inst. Privadas - Sefaz/Entidades	-	12.432,89	12.432,89	
Outras Receitas Correntes	5.300.000,00	8.280.313,90	2.980.313,90	
Outras Multas - Diretamente Arrecadado	4.200.000,00	7.041.850,52	2.841.850,52	<u>67,66</u>
Indenizações E Restituições	100.000,00	131.840,05	31.840,05	
Restituições Descontadas Em Folha	100.000,00	131.840,05	31.840,05	
Receitas Diversas	1.000.000,00	1.106.623,33	106.623,33	
Termos de Cooperação	1.000.000,00	1.106.623,33	106.623,33	
Totais	81.000.000,00	87.034.933,97	6.034.933,97	<u>7,45</u>

Fonte: Rel_Anexo 10 - AFI/2017

Com relação a Receita Orçada:

Entre as receitas diretamente arrecadadas através dos serviços executados por esta autarquia destaca-se o aumento na arrecadação de 67,66% de Multas arrecadando , cujo valor alcançou R\$7.041.850,52 (sete milhões, quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e dois centavos); 6,65% de Serviços de vistoria de veículos arrecadando R\$59.723.721,98 (cinquenta e nove milhões, setecentos e vinte e um mil e noventa e oito centavos). Neste exercício houve menor volume de aplicação financeira que resultou no decréscimo de 67,49% na Remuneração de depósitos bancários tendo sido arrecadado R\$227.535,35 (duzentos e vinte e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos).

Ressalta-se ainda que a elevação da arrecadação motivou-se pelo aumento das demandas de serviços e no aumento das taxas de conformidade com a Lei Complementar nº 148 de 19/12/2014, sendo utilizado a taxa de 11,40% mais IPCA de 4,76% (Art. 2º, LC 148/2014) a partir de 01/04/2017.

3.2 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Os dispêndios, assim como os ingressos, são tipificados em orçamentários e extra orçamentários.

Segundo o art. 35 da Lei nº 4.320/1964:

“Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

II - as despesas nele legalmente empenhadas.”

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público/STN, dispêndio extra-orçamentário é a aquele que não consta na lei orçamentária anual, compreendendo as diversas saídas de numerários, decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e saídas de recursos transitórios.

Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada quanto ao impacto na situação líquida patrimonial em:

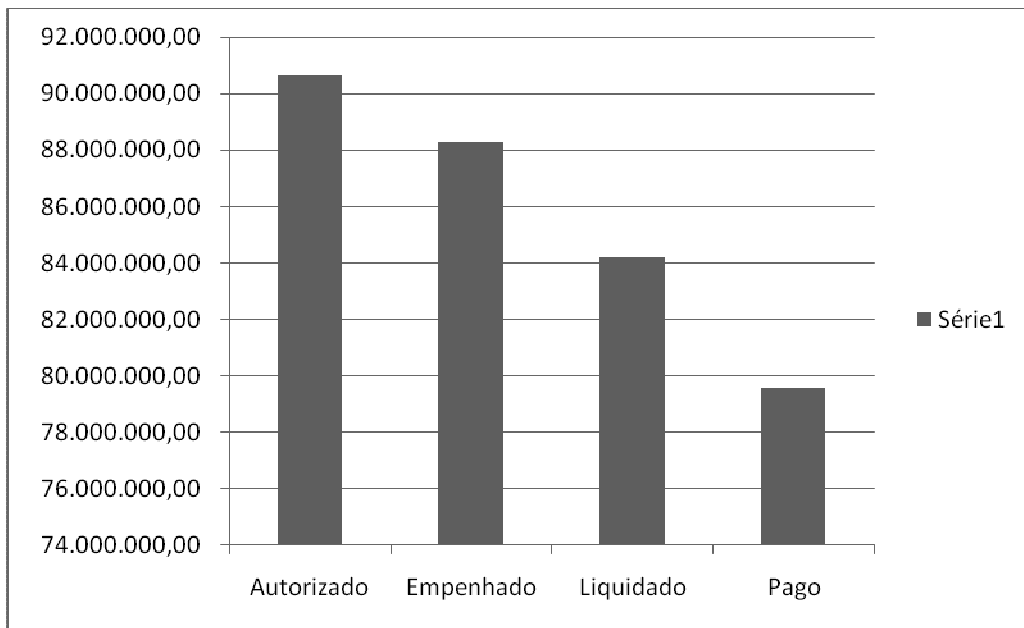
Despesa Orçamentária Efetiva - aquela que, no momento de sua realização, reduz a situação líquida patrimonial da entidade. Constitui fato contábil modificativo diminutivo.

Despesa Orçamentária Não Efetiva – aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade e constitui fato contábil permutativo.

O DETRAN teve sua **Dotação Inicial atualizada para R\$90.661.439,81** (noventa milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta e um centavos). As despesas empenhadas pelo DETRAN-AM totalizaram o valor de **R\$ 88.284.036,37** (oitenta e oito milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, trinta e seis reais e trinta e sete centavos), **liquidado o valor de R\$84.180.643,22** (oitenta e quatro milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos); sendo pago no exercício o valor de **R\$79.562.289,67** (setenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, duzentos e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos), resultando numa economia orçamentária de R\$2.377.403,44 demonstrando assim compromisso com as obrigações assumidas.

Relatório de Execução da Despesa

Tabela 06



FONTE ANEXO 12 – AFI/2017

Conforme o Art. 36 da Lei 4.320/64 consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas, em liquidação e não processados. Para o exercício seguinte foi inscrito em **Restos a Pagar o montante de R\$ 8.601.017,57** (oito milhões, seiscentos e um mil, dezessete reais e cinquenta e sete centavos).

As Despesas empenhadas, reconhecidas, liquidadas e não pagas foram inscrita em **Restos a Pagar Processados**, no valor de **R\$4.497,624,42** (quatro milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavos), as Despesas empenhadas, não reconhecidas e não liquidadas, foram inscritas em **Restos a Pagar Não Processados** no valor de **R\$4.103.393,15** (quatro milhões, cento e três mil, trezentos e noventa e três reais e quinze centavos), conforme anexo 17 Demonstrativo da Dívida Flutuante do sistema AFI/2017.

4. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/19641, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, as quais são:

- a. Balanço Orçamentário;
- b. Balanço Financeiro;

- c. Balanço Patrimonial;
- d. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- f. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN n.º 840, de 21 de dezembro de 2016, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Em função da atualização dos anexos da Lei nº 4.320/1964, somente os demonstrativos do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstrações das Variações Patrimoniais serão apresentados nesta prestação de contas.

A Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP. Tais padrões devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Este Manual observa a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4.1. BALANÇO ORÇAMENTARIO

O Balanço Orçamentário, definido no art. 101 da Lei nº 4.320/1964, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- (a) as receitas por fonte (espécie); e
- (b) as despesas por grupo de natureza.

O Balanço Orçamentário apresentará as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstrará também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o

exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Analisando a **Receita Orçamentária**, foi verificado que no decorrer do Exercício foi realizado o total de **R\$ 87.034.933,97** (oitenta e sete milhões, trinta e quatro mil, novecentos e trinta e três reais e noventa e sete centavos), sendo **Receitas Correntes o valor de R\$86.807.398,62** (oitenta e seis milhões, oitocentos e sete mil, trezentos e novnta e oito reais e sesenta e dois centavos) e **Receita Patrimonial** o montante de **R\$ 227.535,35** (Seiscentos e sessenta mil, trezentos e dois reais e noventa centavos)

Quanto as **Despesas Orçamentárias**, foi empenhado durante o exercício o montante de **R\$ 88.284.036,37** (oitenta e oito milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, trinta e seis reais e trinta e sete centavos); devidamente evidenciado no Anexo 12 – Balanço Orçamentário extraído do sistema AFI/2017. (Vide balanço anexo).

4.2. BALANÇO FINANCEIRO

Segundo a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra os ingressos (entradas) e dispêndios (saídas) de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior (Receita) e do saldo da Disponibilidade para o Exercício Seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra-orçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extra-orçamentários), que se equilibram com a inclusão das Disponibilidades do Período Anterior na Seção dos Ingressos, e as disponibilidades para o período seguinte na Seção dos Dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extra-orçamentários e dos dispêndios, orçamentários com os extra-orçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida no Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre as disponibilidades para o exercício seguinte e as disponibilidades do exercício anterior.

O *Resultado Financeiro* apurado em 2017 foi de R\$ **6.088.948,48** (seis milhões, oitenta e oito mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos).

De conformidade com o Balanço Financeiro, houve uma disponibilidade líquida para o exercício seguinte no valor de **R\$12.662.079,66** (doze milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, setenta e nove reais e sessenta e seis centavos).

Para mensurar a evolução financeira ocorrida nos Exercícios de 2016/2017, apresentamos analiticamente, os valores que serão transferidos para o Exercício seguinte, conforme Tabela 07:

Tabela 07
Demonstrativo do Balanço Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$	TOTAL R\$
1. INGRESSOS		269.452.724,43
(+) Receita Orçamentária	87.034.933,97	
(+) Transferências Financeiras Recebidas	510.131,75	
(+) Recebimentos Extra-Orçamentários	181.907.658,71	
2. DISPÊNDIOS		263.363.775,95
(-) Despesas Orçamentárias	88.284.036,37	
(-) Transferências Financeiras Concedidas	1.067.149,39	
(-) Pagamentos Extra-Orçamentários	174.012.590,19	
3. Resultado Financeiro em 31/12/2017 (1-2)		6.088.948,48
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		
4. Saldo do Exercício Atual 31/12/2017		12.662.079,66
Caixa e Equivalente de Caixa	12.662.079,66	
5. Saldo do Exercício Anterior 31/12/2016		6.573.131,18
Caixa e Equivalente de Caixa	6.573.131,18	
6. Confirmação do Resultado Financeiro (4-5)		6.088.948,48
FONTE: ANEXO 13 - AFI/2017		

4.3. BALANÇO PATRIMONIAL

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 6ª Edição, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

a) *Ativo* - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

b) *Passivo* - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

c) *Patrimônio Líquido* - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

d) *Contas de Compensação* - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio.

No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

Os ativos devem ser classificados como circulantes quando estiverem disponíveis para realização imediata e tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

O *Ativo Circulante* Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Ativo Circulante totalizou **R\$13.090.485,22** (treze milhões, noventa mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte e dois centavos).

O *Ativo não Circulante* compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível. Ativo não Circulante foi apurado em **R\$ 26.414.021,40** (vinte e seis milhões, quatrocentos e quatorze mil, vinte e um reais e quarenta centavos), totalizando o Ativo em **R\$ 39.504.506,62** (trinta e nove milhões, quinhentos e quatro mil, quinhentos e seis reais e sessenta e dois centavos).

Os Demais Créditos e Valores a Curto prazo do ativo circulante no valor R\$36.962,54 (trinta e seis mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) refere-se a saldo de suprimento de fundos no valor de R\$26.400,00 e Créditos a receber de salário família no valor de R\$62,54 de exercícios anteriores.

Os Estoques de material de uso e consumo no valor de R\$401.943,02 (quatrocentos e um mil, novecentos e quarenta e três reais e dois centavos) refere-se a todo material existente no almoxarifado de produtos de uso e consumo interno, tais como material de expediente, material de limpeza, material gráfico, material de informática, entre outros.

Os Investimentos apresentados no Balanço Patrimonial no valor de R\$3.198,44 (três mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos) refere-se a Ações adquiridas na época da empresa de telefonia fixa – Telamazon – cujo valor o DETRAN processo de reembolso financeiro do respectivo valor e baixa patrimonial, parado, devido a mudança de diretoria a qual estará providenciando tal resgate.

O Imobilizado tem valor mensurado com base no valor de aquisição, em 2017 foi incorporado bens no valor total de R\$361.423,64 (trezentos e sessenta e um mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e quatro centavos).

TABELA 08
Varição Imobilizado

	2017	2016	Varição
Imobilizado	26.410.822,96	26.404.295,46	6.527,50
Bens Móveis	14.468.939,15	14.051.694,15	417.245,00

Fonte Balancete
AFI/2017

Varição do imobilizado de R\$6.527,50 com dedução da depreciação acumulada de R\$410.717,50.

Depreciação, cabe esclarecer que o DETRAN-AM ainda está em fase de levantamento do INVENTÁRIO Geral para que possa atualizar junto a SEAD-AM a relação de bens patrimoniais móveis e imóveis, para efetuar ajustes contábeis, haja visto tamanha distorção entre os valores apresentados em relação aos bens físicos, não sendo possível efetuar depreciação dos bens anteriormente adquiridos, pois tem

itens que por força de convênios foram adquiridos pelo DETRAN mas repassados para outras Secretarias sem ter sido efetuado a baixa do registro contábil. Portanto a depreciação apresentada refere-se somente aos bens adquiridos em 2014, 2015, 2016 e 2017, importando valor total de R\$410.717,50 (quatrocentos e dez mil, setecentos e dezessete reais e cinquenta centavos). Vide anexo quadro com memória de cálculo.

Quanto ao *Passivo Circulante* compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Passivo Circulante totalizou o montante de R\$4.618.533,71 (cinco milhões, seiscentos e dezoito mil, quinhentos e trinta e três reais e setenta e um centavos) o qual possui composição de valores conforme descrição abaixo, o que possibilita melhor análise deste item.

Tabela 08
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Descrição	Valor R\$
Fornecedores e credores do exercício ①	4.497.624,42
Restos a pagar processados exercício anterior ②	117,72
Valores restituíveis ③	120.791,57
Total	4.618.533,71

Notas 1, 2 e 3 indicadas estão detalhadas no Relatório de Notas Explicativas.

O *Passivo Não-Circulante* compreende as obrigações conhecidas e estimadas com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis. O DETRAN/AM não registrou nenhuma obrigação com essa natureza no exercício de 2017.

O *Patrimônio Líquido* compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. O Patrimônio Líquido foi de **R\$ 34.885.972,91** (trinta e quatro milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais e noventa e um centavos). O Resultado do Exercício apurado em 31/12/2017 foi de menos **R\$1.692.232,39** (um milhão, seiscentos e

noventa e dois mil, duzentos e trinta e dois reais e trinta e nove centavos), devidamente apresentando na Tabela 08.

Tabela 09
Demonstrativo do Balanço Patrimonial

Descrição	Valor R\$
TÍTULO	
(+) ATIVO CIRCULANTE (1)	13.090.485,22
(+) ATIVO NÃO CIRCULANTE (2)	26.414.021,40
(-) PASSIVO CIRCULANTE (3)	- 4.618.533,71
(-) PASSIVO NÃO CIRCULANTE (4)	-
= PATRIMÔNIO LÍQUIDO (5) = (1+2-3-4)	34.885.972,91
(-) RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (6)	33.193.740,52
(-) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (7)	-
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017 (8) = (5-6-7)	1.692.232,39
Fonte Anexo 14 - AFI/2017	

4.4. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964,

“a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas **variações quantitativas e qualitativas**. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

As que **Aumentaram o patrimônio totalizaram R\$ 255.239.070,51** (duzentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e trinta e nove mil, setenta reais e cinquenta e um centavos) as que **Diminuíram o Patrimônio totalizaram R\$ 245.761.712,41** (duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e um mil, setecentos e doze reais e quarenta e um centavos). O **Resultado Patrimonial** do Período foi apurado positivamente em **R\$ 9.477.358,10** (nove milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e oito reais e dez centavos), assim demonstrado na **Tabela abaixo**.

TABELA 10
Demonstrativo da Variação Patrimonial

TÍTULO	VALORES
1. VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	255.239.070,51
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	78.514.651,83
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	227.535,35
Transferências e Delegações Recebidas	167.814.626,41
Valorização e Ganhos com Ativos e Desinc.de Passivos	401.943,02
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	8.280.313,90
2. VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	245.761.712,41
Pessoal e Encargos	21.989.200,13
Uso de Bens. Serviços e Consumo de Capital Fixo	49.815.154,73
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	604,10
Transferências e Delegações Concedidas	168.359.211,16
Tributárias	859.889,88
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	427.356,68
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.310.295,73
3. RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (1-2)	9.477.358,10

Fonte: AFI/2017 – Anexo 15

4.5. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante consigna as obrigações que têm prazo de vencimento inferior a doze meses. O exercício 2017 foi encerrado com o saldo de **R\$8.721.926,86** (oito milhões, setecentos e vinte e um mil, novecentos e vinte e seis reais e oitenta e seis centavos), correspondente a **Consignações** no valor de **R\$120.729,13** (cento e vinte mil, setecentos e vinte e nove reais e treze centavos) , **Depósito Diversas Origens de R\$ 62,44** (Sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), **Restos a Pagar Exercício Anterior** no montante de **R\$117,72 (cento e dezessete reais e setenta e dois centavos)** e **Restos a Pagar do Exercício 2017** que totalizaram **R\$8.601.017,57** (oito milhões, seiscentos e um mil, dezessete reais e cinquenta e sete centavos).

Demais detalhamentos e conclusões constam no relatório de Notas Explicativas que também integram a prestação de contas.

5. GASTOS COM PESSOAL

O DETRAN-AM possuía em 31/12/2017 em seu quadro funcional 428 servidores, sendo 261 regidos pela CLT-Consolidação das Leis do Trabalho, 02 estatutários, 44 cargos de comissionado e 125 estagiários. Salientamos que esta administração já elaborou o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração-PCCS e proposta de Projeto de Lei para alteração da estrutura organizacional do DETRAN-AM o qual encaminhamos através do Ofício nº 0119/2014-DETRAN/AM/AJUR/DP de 17/02/2014 ao Exmo. Sr. Governador da época, documento devidamente recepcionado pela Casa Civil em 21/02/2014, para que possa realizar concurso público. Portanto ainda dependemos da ação governamental para modernização de nossa estrutura administrativa. Apresentamos abaixo resumo dos gastos com Pessoal e quadro de colaboradores em 31/12/2017:

TABELA 11

GASTO COM PESSOAL		
DESCRIÇÃO	VALOR R\$	%
Remuneração a Pessoal	14.362.735,67	65,32
Encargos Patronais	4.063.411,64	18,48
Benefícios a Pessoal	3.552.918,18	16,16
Indenizações	10.134,64	0,05
Total	21.989.200,13	100,00

Fonte: DVP-AFI/2017

**TABELA 12**

QUADRO DE SERVIDORES

REGIME DE TRABALHO	Nº DE SERVIDORES	%
CLT	261	60,42
Estatutário	2	0,46
Comissionado	44	10,19
Estagiários:		
Nível Medio: 17		
Nível Superior: 109	125	28,935
Total	432	100,00

Fonte: RH-DETRAN/12/2017

Erro! Vínculo não válido. Para mantermos a estrutura funcional desta autarquia efetuamos contratação de mão de obra vinculada a empresa de prestação de serviço para apoio administrativo, manutenção, limpeza e conservação. Visando atender as demandas de serviços o DETRAN contratou estagiários que atuam em todas as áreas operacionais de atendimento ao usuário, em número citado anteriormente; segue abaixo demonstrativo resumido dos gastos respectivos:

TABELA 13

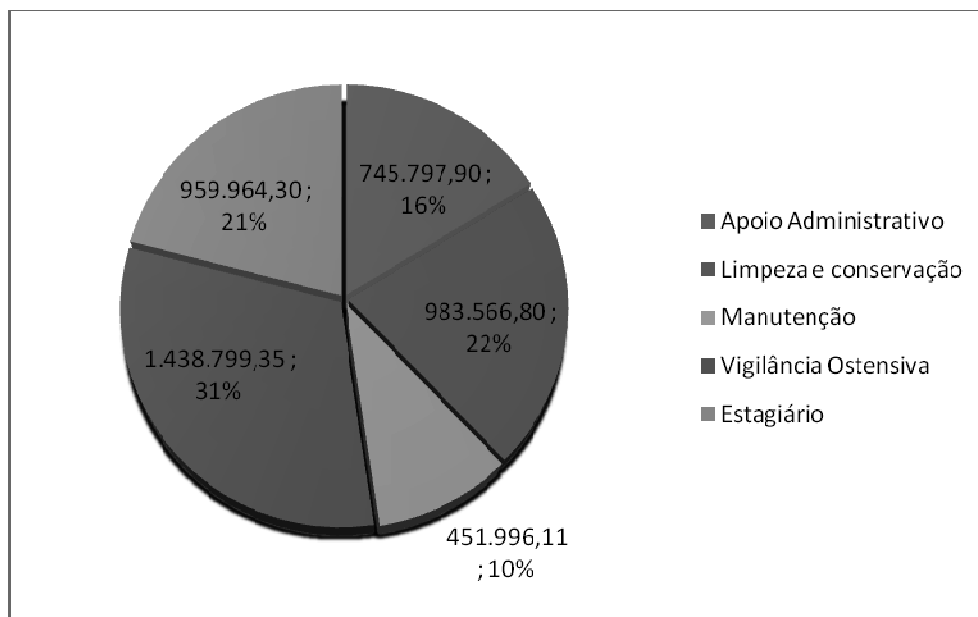
GASTOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E ESTAGIÁRIOS

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	%
-----------	-----------	---

Apoio Administrativo	745.797,90	16,28
Limpeza e conservação	983.566,80	21,47
Manutenção	451.996,11	9,87
Vigilância Ostensiva	1.438.799,35	31,41
Estagiário	959.964,30	20,96
Total	4.580.124,46	100,00

Fonte: Balancete 13/2017-AFI

TERCEIRIZADOS



6. AÇÕES NO TRÂNSITO

No ano de 2017 o DETRAN-AM, manteve ações do ano anterior em conjunto com o BPTRANS – Batalhão de Policiamento de Trânsito da Polícia Militar, aumentou as ações de fiscalização das normas de trânsito na capital, principalmente quanto ao combate à infração de

dirigir sob efeito de bebidas alcoólicas, tirando ainda de circulação veículos com documentação irregular e em condições precárias de circulação, apreensão de habilitações irregulares e condução dos respectivos condutores para reabilitação.

Como resultado deste intenso trabalho obtivemos redução no número de acidentes de trânsito e autuações de direção por embriaguez.

6.1 Atendimentos

O DETRAN-AM possui uma integração extremamente ativa junto a sociedade demonstrada pelos números de atendimentos efetuados, **somente na sede** localizada na Av. Mario Ypiranga Monteiro, em 2017 foi de 1.614.911 (um milhão, seiscentos e quatorze mil, novecentos e onze), sendo: 973.445 (novecentos e setenta e três mil, quatrocentos e quarenta e cinco) atendimentos de serviços relacionados a veículos; 641.466 (seiscentos e quarenta e um mil, quatrocentos e sessenta e seis) atendimentos relacionados à habilitação; atendimentos somados aos dos postos de descentralização chegamos a **1.769.521** (um milhão, setecentos e sessenta e nove mil, quinhentos e vinte e um) atendimentos no ano com acréscimo de 7,69% com relação ao ano anterior.

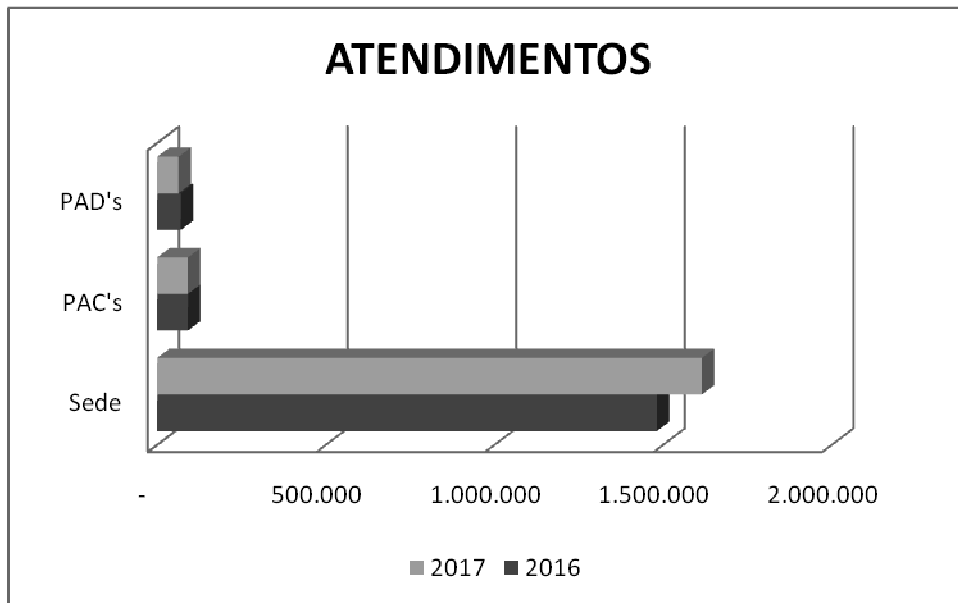
Com a descentralização dos atendimentos nos 06 (seis) PAC's – Postos de Atendimento ao Cidadão, e 04 (quatro) PA – Pronto Atendimento localizados nos Shoppings da Cidade atendemos mais 161.608 (cento e sessenta e um mil, seiscentos e oito) atendimentos, conforme tabela abaixo.

TABELA 14

ATENDIMENTOS

Local	Ano de Referência		%	Variação entre os anos
	2016	2017		
Sede	1.481.527	1.614.911	91,26	9%
PAC's	91.240	91.111	5,15	-0,14%
PAD's	70.368	63.499	3,59	-9,76%
Total	1.643.135	1.769.521	100,00	7,69%

FONTE: Anuário 2017-Estatística DETRAN-AM



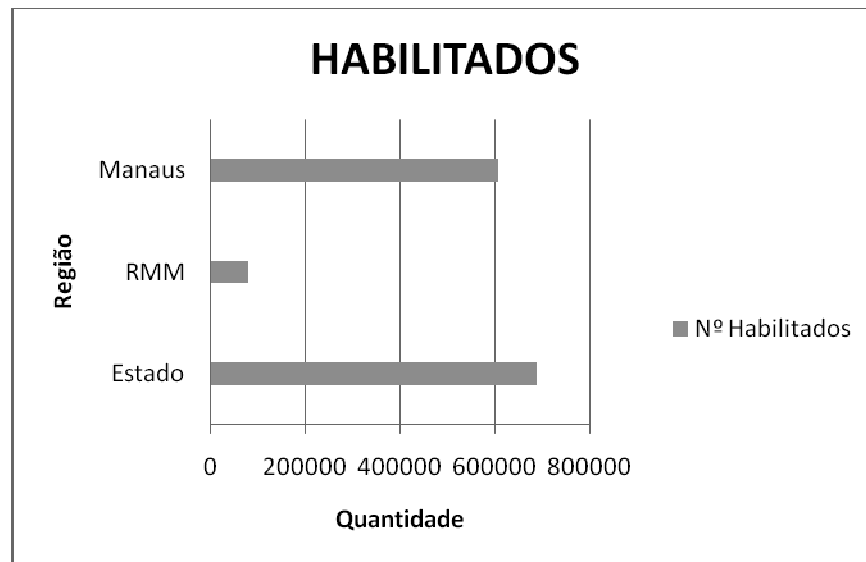
6.2 Habilitados

O Estado do Amazonas possui 689.012 (seiscentos e oitenta e nove mil e doze) condutores devidamente habilitados nas mais diversas categorias, 71% do sexo masculino e 29% do sexo feminino; sendo 608.430 (seiscentos e oito mil, quatrocentos e trinta) estabelecidos na capital e 80.582 (oitenta mil, quinhentos e oitenta e dois) na demais cidades que compõe a região metropolitana de Manaus que abrange os municípios Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva. Vide abaixo tabela com descrição dos dados formatados.

TABELA 15

HABILITADOS			
Descrição	Região	Região1	Região2
	Estado	RMM	Manaus
Nº Habilitados	689.012	80.582	608.430
Total	689.012	80.582	608.430

RMM: Região Metropolitana de Manaus



HABILITADOS POR SEXO

Descrição	Região
Sexo:	Estado
Masculino	488.453
Feminino	200.559
Total	689.012

6.3 Provas Aplicadas

Em 2017 foram aplicadas 75.992 (setenta e cinco mil, novecentos e noventa e duas) provas para emissão de CNH, sendo aprovados 34.159 (trinta e quatro mil, cento e cinquenta e nove) ,reprovados 34.744 (trinta e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro) e ausentes 7.089 (sete mil e oitenta e nove) candidatos.

TABELA 16

PROVAS	
Descrição	Nº Candidatos
Aprovados	34.519
Reprovados	34.744

Ausentes	7.089
Total	69.263

FONTE: Anuário 2017-Estatística DETRAN-AM

6.4 Educação no Trânsito

Investimos ainda na Educação Para o Trânsito com ações nas empresas, escolas e áreas públicas e cursos, mediante aplicação de palestras, atividades lúdicas e cursos direcionados, atingimos 292 (duzentos e noventa e duas) atividades e um público de 71.257 (setenta e um mil, duzentos e cinquenta e sete) pessoas. Conforme demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 17

ATIVIDADES	Nº de ATIVIDADES	PÚBLICO	%
ESCOLAS	153	40.074	56
EMPRESAS	52	3.387	5
CURSODE MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	6	381	1
CURSOS - TRANSPORTE ESCOLAR	3	53	0
CURSOS - TRANSPORTE DE EMERGÊNCIA	1	20	0
CURSOS - ATUALIZAÇÃO TRANS. ESCOLAR	3	33	0
CURSOS - ATUALIZAÇÃO TRANS.DE EMERGÊNCIA	4	34	0
CURSOS - MECÂNICA DE SALTO ALTO	5	142	0
CURSOS - RECICLAGEM PARA COND. INFRATOR	54	1.023	1
CAMPANHAS	7	21.234	30
INTERIOR	4	4.876	7
TOTAL	292	71.257	100

FONTE: Anuário 2017-Estatística DETRAN-AM

6.5 Transparência

O DETRAN-AM mantém em seu site oficial (www.detrان.am.gov.br) informações relativas ao atendimento da Lei de Acesso a Informação (12.527/2011); Lei da Transparência (LC 131/2009) e Decreto Estadual nº 36.819/2016, mantendo quadro de servidores treinados para atendimento ao sistema e-SIC divulgado em suas instalações e via site oficial.

Sabendo-se que a Transparência Pública é a obrigação da Administração Pública de promover a prestação de contas à população a qual divide-se em:

- a) Transparência Ativa
- b) Passiva

Sendo a primeira aquela em que o Poder Público divulga informações em virtude de imposição legal ou de livre iniciativa. (transparência propriamente dita) enquanto que a segunda é o acesso às informações públicas fornecidas pela Administração Pública, quando solicitadas pelo cidadão. (Controle Social)

Exemplo: Transparência Ativa

Portais de Transparência

Lei Complementar no 131/2009 (Lei da Transparência)

Exemplo: Transparência Passiva

Lei de Acesso à Informação (Lei no 12.527/2011)

- Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

- Sistema Eletrônico de Acesso à Informação (e-SIC)

Atendemos as demandas do Portal da Transparência via sistema e-SIC – Serviço de Informações ao Cidadão, o qual serve para ATENDER e ORIENTAR o Cidadão a ter acesso às INFORMAÇÕES das atividades relacionadas ao Poder Executivo Estadual; qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar pedidos de acesso à informação. O usuário tem a opção de ser atendimento PRESENCIALMENTE: No setor do SIC, localizado na sede do DETRAN ou em uma de suas unidades de atendimento, ou ELETRONICAMENTE através de acesso ao site <https://acessoainformacao.am.gov.br/>.

Apesar da divulgação efetuada pelo Governo do Estado, este sistema ainda é pouco utilizado pelos usuários, em 2017 tivemos apenas 37 solicitações, entre elas várias (trinta) que não condiziam com o objeto do sistema.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Prestação de Contas está composta pelas peças contábeis prescritas na Lei 4.320/64 (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) e os quadros demonstrativos que evidenciam os principais aspectos da gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial de forma clara e transparente os resultados

finais dos atos e fatos praticados pelo DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN durante o exercício financeiro de 2017, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Repetimos a mesma análise do ano anterior onde citamos, e continuamos, apesar de todo esforço e rigor na aplicabilidade da legislação do trânsito, **nossa principal dificuldade** em mantermos um trânsito mais seguro, pacífico e humanizado, *ainda é a falta de educação do condutor*, que insiste em dirigir: embriagado, em alta velocidade, com documentação irregular do veículo, sem habilitação condizente com o veículo que conduz, dar posse do veículo a pessoa não habilitada e a menor de idade. Mesmo assim em nenhum momento esta autarquia deixou de exercer sua função apesar, ainda, da crise instalada em nosso país.

Mantivemos nossos postos de atendimento espalhados pelas zonas geográficas de nossa cidade, mediante PAD abaixo descritos:

Sede: Av. Mário Ypiranga Monteiro, nº 1800 – Parque Dez de Novembro

PAD – Posto de atendimento do DETRAN:

PAC São José

End: Av. Cosme Ferreira, 4605- Uai Shopping Bairro São José I;

PAC Compensa

End: Av. Brasil, nº 1325- Compensa I;

PAC Galeria dos Remédios

End: Rua Miranda Leão, nº 327 – Centro;

PA Shopping Sumaúma

End: Av. Noel Nutels, nº 1762 – Cidade Nova I;

PAC Alvorada

End: Av. Desembargador João Machado, nº 4.922 – Planalto/Alvorada;

PAC Educandos

End: Av. Beira Mar, sem número – Educandos;

PA Shopping Cidade Leste

End: Av. Autaz Mirim, nº 288 - Tancredo Neves;

PA Shopping Via Norte

End: Av. Arquiteto José Henrique Bento Rodrigues, nº 3.760 – Nova Cidade;

PA Shopping Sumaúma

End: Av. Noel Nutels, nº1762 – Cidade Nova I;

PA Shopping Ponta Negra

End: Estrada da Ponta Negra - Bairro Ponta Negra

PA 10 MALL – Parque Dez

End: Rua Lindon Johnson, nº 55 – Parque Dez.

Ainda são muitos os objetivos a serem alcançados e as melhorias a serem implementadas, mas tem-se a certeza que o DETRAN-AM avançou na política de trânsito do Amazonas, com esforço e dedicação da equipe técnica e administrativa de forma incansável na busca constante da melhoria dos serviços do trânsito visando proporcionar segurança e qualidade de vida da sociedade amazonense.

A Prestação de Contas apresentada, em atendimento a legislação vigente, ficará disponível no Departamento Administrativo do DETRAN-AM, órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos, pelos órgãos de Controle Interno e Externo e a sociedade.

Manaus-AM, 28 de março de 2018.

VINÍCIUS DINIZ SOUZA DOS SANTOS

Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas

Avenida Mário Ypiranga, nº 1.800, Adrianópolis
Manaus/AM, CEP: 69.057-002
Telefone: (92) 3642-3355
www.detran.am.gov.br

